

VI Seminário Internacional

políticas culturais

26 a 29 de maio de 2015

Rio de Janeiro

edição

Fundação Casa de Rui Barbosa

ISBN 978-85-7004-332-0

organizadores

Lia Calabre

Mauricio Siqueira

Deborah Rebello Lima

Adélia Zimbrão

realização

**Itaú
cultural**

 **BSERVATÓRIO**
Itaú Cultural

FUNDAÇÃO  **Casa de Rui Barbosa**
MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA




Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre
Mauricio Siqueira
Adélia Zimbrão
Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
De 26 a 29 de maio de 2015
Edições: Fundação Casa de Rui Barbosa



Seminário Internacional Políticas Culturais (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de
2015, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2015.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://wwwhttp://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-332-0

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Deborah Rebello Lima, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



26 a 29 de maio de 2015

**ESPAÇOS CULTURAIS PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: A
BUSCA POR UM MODELO PARTICIPATIVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
CULTURA**

Plínio Rattes¹

RESUMO: O texto a seguir destaca o processo de construção e implementação de uma gestão participativa no âmbito dos espaços culturais mantidos e administrados pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, durante as duas gestões do governo Jacques Wagner (PT-Ba), 2007 a 2014. O estudo relata o processo de aproximação dos espaços culturais públicos com a sociedade civil a partir de 2007; discute como se dá hoje a participação desta última na gestão dos primeiros; e considera a importância desta relação na elaboração das políticas públicas de cultura e na garantia dos direitos culturais dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas de cultura, participação social, centros de cultura, direitos culturais.

Introdução

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, durante o governo de Jacques Wagner (PT-Ba), 2007 a 2014, segundo consta em seus relatórios de gestão, investiu na reaproximação dos centros de cultura sob sua administração com a sociedade civil, buscando formas de integrar este último nas decisões de gestão dos primeiros. Desta forma, o texto a seguir apresenta o processo de construção e implementação do modelo de gestão participativa colocado em prática nos 17 centros de cultura mantidos e administrados pela referida Secretaria. A participação social na gestão de tais centros se deu de forma diferenciada em cada espaço; e o estudo apresenta estas particularidades, além de discutir as potencialidades e obstáculos do modelo adotado.

A motivação para o presente texto parte de dois entendimentos, primeiro, a compreensão da importância de edifícios voltados à produção artístico-cultural como essenciais dentro dos desenhos das cidades na atualidade, pois são locais de uso polivalente que possibilitam, entre outras coisas, o convívio e trocas entre os grupos diversos que compõem a heterogênea sociedade contemporânea. E, em segundo, a premissa de que é um direito cultural dos indivíduos a participação nas decisões políticas na área de cultura; e que há uma emergência na criação, no aprimoramento e na apropriação de mecanismos de

¹ Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Ciências e Artes – IHAC, da UFBA e bolsista FAPESB. E-mail: pliniorattes@gmail.com.



26 a 29 de maio de 2015

participação, consulta e controle social no campo das políticas públicas de cultura, garantindo e fortalecendo, assim, um ambiente cada vez mais democrático e cidadão.

Entretanto, antes de entrar na questão central deste estudo, convém contextualizar e compreender os conceitos e perspectivas que norteiam a ideia de cultura que temos na contemporaneidade, bem como identificar como estão postas estas abordagens nas ações do atual governo, principalmente em relação a temas como: direitos culturais; políticas públicas; território e identidade; participação, consulta e controle social.

A Centralidade da Cultura

A Bahia foi um dos primeiros núcleos de riqueza da América Portuguesa e uma das regiões que à época colonial mais recebeu negros africanos para trabalhar como escravos em suas lavouras. Este fato histórico viria a marcar esta parte do país com a forte influência africana na cultura baiana: na música, na culinária, na religião, no modo de vida de sua população; não apenas na capital, Salvador, mas também nas cidades do Recôncavo e do litoral. Esta imagem de Bahia negra foi vendida e bastante explorada comercialmente, através do turismo, a partir da metade do século passado, tendo, inclusive, virado ação política, com especial destaque para o período em que o Estado foi administrado pelo grupo liderado pelo político Antônio Carlos Magalhães - ACM (1927-2007).

Porém, além da Bahia negra tão difundida e vendida à exaustão, principalmente entre as décadas de 1990 e 2000, há outras Bahias, com outras características dominantes, neste Estado que possui hoje 417 municípios. Há Bahias sertanejas e indígenas, por exemplo; dentre tantas outras, que são, em geral, oprimidas diante da imagem principal de Bahia negra apresentada para o resto do país e para o mundo.

Com a mudança de governo ocorrida nas eleições de 2006, o Partido dos Trabalhadores – PT, assume o Governo do Estado no ano seguinte, interrompendo um ciclo de dezesseis anos de administração do Partido da Frente Liberal – PFL, sob o comando de ACM. Com a entrada de um partido de centro-esquerda, o mesmo que já havia assumido o executivo no plano nacional quatro anos antes e garantido a reeleição naquele mesmo pleito de 2006, diversas mudanças começam a se configurar no estado na área cultural. A primeira e mais importante delas é a “recriação” da Secretaria de Cultura - Secult, que até então dividia a pasta com a Secretaria de Turismo, sendo esta última privilegiada nas ações dos governos Carlistas.



26 a 29 de maio de 2015

O que importa compreender aqui é que independente do grupo político à frente do governo central do estado, seja ele de centro-direita ou centro-esquerda, fica evidente a centralidade da cultura e suas diversas possibilidades de usos e dimensões nas disputas de poder seja ela encarada, por exemplo, como recurso econômico, como posto George Yúdice (2006) ou como política de identidade, assim definido por Stuart Hall (1997), e corroborado por Eagleton (2003). Sabe-se que o termo cultura é um conceito complexo e para melhor compreendê-lo se faz necessário considerar suas evoluções ao longo da história. Entender este trajeto, seus contextos e implicações torna mais claro o lugar que a cultura tomou na vida contemporânea. No livro *A Ideia de Cultura* (2003), o filósofo britânico Terry Eagleton reconstrói este percurso evolutivo do termo que vai da origem do conceito até às suas configurações atuais. O autor destaca as diversas significações da palavra cultura, tais como “lavoura ou cultivo agrícola”; “civildade e civilização”; “erudição”; “modo de vida e criação artística”, dentre outras (2003). Neste mesmo livro, Eagleton cita Raymond Williams e apresenta as três dimensões modernas da cultura desenvolvida pelo célebre autor de obras como ‘Cultura e Sociedade’ (1958) e ‘Marxismo e Literatura’ (1979), tão importantes para os estudos culturais.

As três dimensões modernas da cultura descritas por Williams seriam, resumidamente, a cultura como civilização, como modo de vida e como arte. Estes três sentidos da cultura são considerados como indissociáveis:

(...) se cultura neste sentido da palavra tem o imediatismo sensível da cultura enquanto modo de vida, também herda o preconceito normativo da cultura enquanto civilização. As artes podem reflectir a vida de excelência, mas também são a sua medida. Se a corporizam, também a avaliam. Neste sentido, unem realidade e desejo, à semelhança da política radical. Os três diferentes sentidos de cultura não são, assim, facilmente separáveis. (EAGLETON, 2003, p. 35 e 36)

Quando traz Stuart Hall para o debate, Eagleton propõe uma concepção de cultura “igualmente generosa, como as ‘práticas vividas’ ou ‘ideologias práticas’ que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido as suas condições de existências” (2003, p. 54). Cultura, nessa perspectiva, resulta das experiências feitas com o mundo, são as vivências do homem e suas interações entre si e com o mundo, seria, assim, a própria sociedade. Nesse sentido, Eagleton argumenta que “a cultura, de outro ponto de vista, é o conhecimento implícito do mundo pelo qual as pessoas negociam maneiras apropriadas de agir em contextos específicos” (2003, p. 54). Deste modo, Eagleton defende que as “pessoas que pertencem ao mesmo lugar, profissão ou geração” só fazem cultura, ou ainda, constituem



26 a 29 de maio de 2015

uma cultura “somente quando começam a compartilhar modos de falar, saber comum, modos de proceder, sistemas de valor, uma auto imagem coletiva” (2003, p. 59).

Stuart Hall, por sua vez, assinala em seu texto ‘A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo’ que

No séc. XX, vem ocorrendo uma revolução cultural, no sentido substantivo, empírico e material da palavra. Sem sombra de dúvida, o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas expandiu-se para além do conhecido. Ao mesmo tempo, a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais (HALL, 1997, p. 02)

A cultura, assim, passaria do seu conceito inicial, que vem da raiz latina *colere*, “que pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger” (EAGLETON, 2003, p.12) até abarcar tudo aquilo que é produzido pelo homem, todo arsenal simbólico da humanidade, desde um mero estilo de corte de cabelo passando pela língua, pelos modos de falar, agir, se posicionar diante do mundo e etc, ocupando uma centralidade na vida contemporânea, “substituindo”, inclusive, diversas outras forças motrizes da história: como a religião, por exemplo. Eagleton destaca ainda as mudanças no termo cultura a partir da década de 1960:

Hoje significa a afirmação de uma identidade específica — nacional, sexual, étnica, regional — em vez da sua superação. E uma vez que todas estas identidades se vêm a si próprias como reprimidas, o que outrora era concebido como zona de consenso transformou-se em campo de batalha. A cultura, em suma, passou de parte da solução a parte do problema. Já não é uma forma de resolução de conflitos políticos (...) (EAGLETON, 2003, p. 58).

Este campo de batalha vivido na atualidade é corroborado ainda por Hall:

O impacto das revoluções culturais sobre as sociedades globais e a vida cotidiana local, no final do séc. XX, pode parecer significativo e tão abrangente que justifique a alegação de que a substantiva expansão da cultura que experimentamos, não tenha precedentes. Mas a menção do seu impacto na vida interior lembra-nos de outra fronteira que precisa ser mencionada. Isto relaciona-se à centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade, e da pessoa como um ator social (HALL, 1997, p. 02).

Para Hall quanto mais importante – mais central – se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam. O autor questiona qual seria o fator mais determinante em relação à cultura hoje: a política, o mercado, o estado ou a economia. Para ele, todas estas forças têm a capacidade de controlar ou determinar o modo como funcionam as instituições culturais ou de regular as práticas culturais de toda uma



26 a 29 de maio de 2015

sociedade (HALL, 1997, p. 15). Assim, neste campo de batalha, como é definido por Eagleton, verifica-se que há uma intensa disputa de poder dos mais diversos atores que compõem a sociedade. É neste contexto de disputa de poder que se dão hoje a formulação das políticas públicas de cultura, objeto de estudo deste trabalho.

As contribuições destes autores nos permitem uma melhor compreensão dos significados e usos do termo ‘cultura’ na contemporaneidade. Revelam também a multiplicidade de questões que podem ser problematizadas e de interpretações que podem ser adotadas. A própria Constituição Federal Brasileira, toma de empréstimo algumas das abordagens contemporâneas da cultura aqui descritas. Carta magna do país, a Constituição de 1988, nos artigos 215 e 216, expressa a importância que deve ser dada à cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã e como fator de desenvolvimento. E são estas três abordagens da cultura que adotamos como referência neste estudo.

Secretaria de Cultura e a institucionalização do Diálogo

Como dito no início do tópico anterior, a Cultura foi separada da Secretaria de Turismo, a partir de 2007, ocupando assim uma pasta própria e central. O diretor teatral Márcio Meireles assumiu o órgão na primeira gestão do governo petista (2007 a 2010) e definiu juntamente com sua equipe as seis linhas de ações que pautariam os programas e políticas desenvolvidas pelo órgão: “diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização, diálogo e transparência”, conforme informações no site da instituição². Estas mesmas linhas de ações são mantidas e ampliadas na gestão seguinte (2011 a 2014), tendo desta vez à frente da pasta o professor e pesquisador em políticas culturais Albino Rubim.

Destacaremos neste texto duas ações da gestão da Secult: a construção e implementação de mecanismos de escuta junto à população, na tentativa de coletar as principais demandas da sociedade em relação ao campo cultural, bem como no estímulo à uma maior, e cada vez mais qualificada, participação social nas decisões políticas; e o discurso de interiorização (ou territorialização). Entender a importância destas duas ações dentro das políticas desenvolvidas pela Secretaria, contribuem para a compreensão do processo de implementação de colegiados de gestão participativa nos centros de cultura mantidos pelo órgão em 12 dos 26 territórios de identidade do estado.

As políticas públicas para a cultura no Brasil passaram por uma visível ruptura com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, em 2003, no Governo Lula. Para o ex-

² www.cultura.ba.gov.br. Último acesso em 09 de janeiro de 2015



26 a 29 de maio de 2015

secretário de cultura do Estado da Bahia, Albino Rubim (2011-2014), é a partir de Gil que o panorama da cultura começa a mudar, passando por “um relevante processo de organização e institucionalização”³. Ele afirma que:

A construção da Conferência Nacional de Cultura; do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura são marcos emblemáticos do processo de mudança. Eles exigem conferências, planos e sistemas estaduais e municipais. Eles implicam na constituição de conselhos, colegiados, fundos e outros dispositivos. A ampliação da institucionalidade impacta e exige uma maior organização do campo da cultura e de seus agentes no Brasil e na Bahia (RUBIM, 2013a, p. 2).

Na ordem desta institucionalização da cultura, como cita Rubim, há uma tentativa de estímulo da participação social nos rumos da política cultural, seja por meio de mecanismos de participação direta, como as conferências, seja por meio da representação em órgãos colegiados e fóruns consultivos e/ou deliberativos. Há de se destacar que este processo de estímulo da participação social na política não é um processo fácil. O Brasil tem uma histórica deficiência na educação de cunho cidadã e de apreço ao bem público, e passou por longos períodos ditatoriais e totalitários no último século; enfrentou a violação de direitos fundamentais, a exemplo da liberdade de expressão e o exercício da política. Estamos, portanto, em um processo de aprendizado da cidadania e participação, buscando formas de reconstruir “as pontes” entre as pessoas e a vida política do país, reaprendendo a lidar de forma plena com a democracia. Nesse processo, é preciso destacar, no entanto, que a relação de diálogo estabelecida é permeada de tensões e disputas de poder entre os mais diversos atores sociais, como já exposto no tópico ‘A Centralidade da cultura’, o que demonstra e reafirma o quanto a cultura tem desempenhado um papel central na contemporaneidade.

É possível observar que os governos de centro-esquerda eleito para a esfera federal a partir de 2003 e estadual no ano de 2007, dedicaram grande parte de suas ações na área cultural em estabelecer e consolidar a ideia de gestão compartilhada, de dividir com a sociedade civil as responsabilidades pelas decisões tomadas no campo das políticas públicas. A participação social nas decisões no campo cultural aos poucos tem se consolidado nas mais diversas esferas, “desde os diálogos grupais no território e seus encontros interculturais até a incidência sobre fazeres culturais locais e nas formas institucionais que assume a participação” (FARIA, 2009, p. 98).

³ Bahia. Secretaria de Cultura. Coleção Política e Gestão Culturais. Participação, consulta e controle social. Salvador, 2013a.



26 a 29 de maio de 2015

Espaços culturais e direitos culturais

A Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb, uma das mais importantes instituições públicas de cultura do estado foi criada em 1972, em plena ditadura militar, durante o primeiro mandato de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975). Porém começou a funcionar apenas em 1974 após aprovação de seu estatuto. Vinculada à Secretaria de Cultura do Estado, a Funceb é responsável pela elaboração e execução de políticas voltadas às linguagens artísticas: teatro, dança, música, circo, artes plásticas e literatura, conforme informa o site da instituição (fundacaocultural.ba.gov.br).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a Funceb capitaneou a construção de sete centros de cultura no interior do estado, nas cidades de Alagoinhas (Centro de Cultura de Alagoinhas), Itabuna (Centro de Cultura Adonias Filho), Valença (Centro de Cultura Olívia Barradas), Juazeiro (Centro de Cultura João Gilberto), Vitória da Conquista (Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima), Porto Seguro (Centro de Cultura de Porto Seguro) e Feira de Santana (Centro de Cultura Amélio Amorim). Na década de 2000, assumiu a gestão da Casa de Cultura de Mutuípe, e construiu mais três espaços nas cidades de: Guanambi (Centro de Cultura de Guanambi), Santo Amaro (Teatro Dona Canô) e Jequié (Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães). Na capital e região metropolitana, administrou ainda os espaços: Cineteatro Solar Boa Vista (Engenho Velho de Brotas), Casa da Música (Itapuã), Espaço Xisto Bahia (Barris), Centro Cultural Alagados (Uruguai), Centro Cultural de Plataforma (Plataforma), Cineteatro Lauro de Freitas (no município de Lauro de Freitas).

A gestão destes espaços era de responsabilidade do setor 'Coordenação de Equipamentos Culturais', que a partir de 2007, após a mudança de governo do PFL para o PT, recebeu o status de diretoria, passando a ser designada Diretoria de Espaços Culturais – DEC. Em 2011, após 35 anos sob a administração da Funceb, a DEC foi transferida para a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura - Sudecult, da Secretaria de Cultura do Estado. Segundo o diretor da DEC, o gestor cultural Chicco Assis⁴, a intenção da Secult em alocar o setor na Sudecult visava que os espaços culturais pudessem ser um ponto de criação, difusão e fruição artístico-cultural não apenas do município onde está inserido, mas de todo o território de identidade ao qual pertence. Os centros culturais seriam também pontos de irradiação das ações da Secretaria, inclusive, e, principalmente, àquelas que

⁴ Chicco Assis foi Diretor de Espaços Culturais da Secult-Ba entre março/14 e janeiro/15. Antes, ocupou o cargo de coordenador do Cineteatro Solar Boa Vista, por sete anos. Entrevista cedida ao autor em 13 de agosto de 2014, no Palácio Rio Branco, sede da Secretaria de Cultura.



26 a 29 de maio de 2015

previam o estímulo ao encontro e debates dos atores sociais interessados nos rumos da cultura em seus municípios e territórios de identidade.

Segundo a Cartilha Território e Identidade, que compõe a Coleção Política e Gestão Culturais, lançada pela Secretaria de Cultura em 2013, o objetivo do atual governo em dividir o estado a partir dos critérios de identidade foi agregar no mesmo grupo municípios que compartilhassem dos mesmos sentimentos de pertencimento, e a partir daí identificar prioridades temáticas tomando por base a realidade local e as especificidades de cada região. O objetivo final é possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

Nesta mesma cartilha, o ‘território’ é considerado algo que vai além do espaço geográfico e balizado por regras políticas e administrativas. O entendimento do governo é que o território

é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, donde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BAHIA, 2013, p. 15)

Desta forma, pensar as políticas públicas (não apenas de cultura) a partir das necessidades do território de identidade foi uma mudança radical dentro do planejamento do Estado. O foco das ações deixa de ser “um setor produtivo específico (o setor industrial, por exemplo), ou de um ator social, e passa a ser o território e suas diferentes dimensões de desenvolvimento” (BAHIA, 2013, p. 14). Portanto, é neste contexto que ocorre a transferência da DEC para a Sudecult, superintendência responsável pela formulação e execução de programas e políticas com foco no desenvolvimento territorial da cultura.

Há de se destacar ainda que nas últimas conferências de cultura realizadas no estado⁵, diversos municípios e territórios de identidade indicaram entre as suas principais demandas a construção de um espaço cultural em sua comunidade. Isto sugere o quanto a sociedade valoriza a importância de se ter um local para criar e expor suas artes e manifestações culturais, um espaço onde possa intercambiar com outras localidades e juntos criar, compartilhar e usufruir de suas produções e expressões.

⁵ Foram consultados os relatórios das Conferências Estadual de Cultura dos anos de 2007, 2009 e 2013, disponíveis em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/Relatorio_SECULT-2007-2010.pdf> e <<http://culturabahia.com/>>. Último acesso em 21 de dezembro de 2014



26 a 29 de maio de 2015

O gestor cultural Antonio Sartini diz em seu texto ‘Espaços Culturais: políticas de gestão para espaços distintos’ que, em geral, as atividades culturais quando realizadas em espaços apropriados são melhores aproveitadas e absorvidas pelas pessoas⁶.

(...) o relatório de consultoria contratada pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, (...) concluiu que as atividades eram mais aproveitadas pela população quando realizadas nos espaços culturais, cujo ambiente se mostrava fisicamente mais apropriado e “emocionalmente” mais neutro (SARTINI, 2013, p. 4).

A garantia destes espaços para criação, difusão e fruição cultural, pode-se dizer, fazem parte do escopo de direitos culturais defendidos por organismos internacionais como a ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pelas Nações Unidas, em seu artigo XXVII, diz que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de aproveitar-se dos progressos científicos e dos benefícios que deles resultam” (ONU, 1948). Segundo Bernardo Mata-Machado, historiador e um dos responsáveis pela reformulação do Sistema Nacional de Cultura, em 2009, o direito à participação na vida cultural “engloba os direitos à livre criação, livre fruição (ou acesso), livre difusão e livre participação nas decisões de política cultural - o direito à identidade cultural (ou de proteção do patrimônio cultural)” (2007, p. 6).

Isto posto, entende-se que as edificações voltadas às atividades culturais, a exemplo dos centros de cultura, podem ser instrumentos de garantia à participação na vida cultural, uma vez que tais locais “são território adequado a abrigar toda espécie de ação cultural” (SARTINI, 2013, p. 5) e podem, assim, acolher, apoiar e difundir a diversidade cultural tão característica dos mais diversos territórios de identidade do estado.

Espaços culturais públicos e gestão participativa

Relatórios de gestão da Funceb dos anos de 2003 e 2004 demonstram que havia uma estagnação de investimentos e falta de manutenção nos equipamentos técnicos (luz, som e projeção) nos centros de cultura, principalmente no interior. Além da falta de recursos humanos especializado: bilheteiros, técnicos de iluminação, sonorização e projeção, entre outros tão necessários ao funcionamento satisfatório de espaços desta natureza. A pesquisadora e gestora cultural Giuliana Kauark transcreve em seu artigo ‘Políticas culturais

⁶ Este texto compõe o conjunto de módulos do Curso EAD em Gestão de Espaços Culturais promovido pela Inspire Gestão Cultural, dirigido pela pesquisadora Maria Helena Cunha. Mais informações em: <http://inspirebr.com.br/>.



26 a 29 de maio de 2015

dos governos César Borges (1998 a 2002) e Paulo Souto (2003 a 2006)', parte das informações que compunham os relatórios de gestão da Funceb dos anos mencionados:

Os Centros de Cultura (...) apresentam deficiências de ordem cenotécnica, com iluminação precária e equipamentos obsoletos, inexistência de equipamentos de sonorização e de varas cênicas e de iluminotécnica, planejamento precário além de outros problemas estruturais, que dificultam a plena ocupação dos espaços. (...) Devolver aos Centros de Cultura, da capital e interior, as condições básicas para que atuem como suporte natural para a circulação da produção artística baiana, exige investimentos consideravelmente superiores ao orçado em 2003 (BAHIA, 2003, citado em KAUARK, 2006, p. 6)

Em relação à programação, uma significativa parcela das pautas nos dias ditos nobres (sextas, sábados e domingos) eram ocupadas por eventos “não-artísticos”, principalmente nos espaços culturais do interior. Estas pautas eram ocupadas basicamente por eventos político-partidários, religiosos e formaturas. Em alguns espaços, os poucos eventos artísticos que aconteciam eram promovidos pela própria Funceb:

Quando assinalada a limitada ocupação dos espaços, restrita a algumas apresentações pontuais ou realização de atividades educativas, estes são equipamentos do interior, sobretudo, ou da capital localizados em bairros periféricos. Os Centros do interior e os espaços na capital mais deficitários, como os Teatros do ICEIA, Solar da Boa Vista e os Centro de Cultura de Alagados e de Plataforma (que se encontra desativado), abrigam principalmente (ou somente, em alguns casos) espetáculos inseridos no projeto de Circulação Cultural e oficinas promovidas também pela SCT (KAUARK, 2006, p. 07).

O baixo investimento na manutenção física dos espaços, a falta de pessoal especializado, ausência de programação artístico-cultural sistemática são alguns dos possíveis fatores apontados como responsáveis pelo distanciamento entre os centros de cultura e as comunidades do entorno, considerando o fato destas comunidades serem um público potencial desses espaços.

Diante deste quadro, a partir de 2007 a Funceb passou a investir na aproximação e interação dos centros de cultura com as comunidades, grupos artístico-culturais, produtores e agentes de cultura dos municípios e/ou bairros onde estão localizados, conforme relatório do órgão dos anos de 2007 e 2008⁷. Neste sentido, uma das primeiras ações foi selecionar para a coordenação de cada centro de cultura profissionais que tivessem atuação na área cultural e articulação com a classe e grupos artísticos dos seus municípios e/ou bairros. A ideia de levar

⁷ Informação disponível no relatório de gestão da Funceb dos anos 2007 e 2008: http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/relatorio_2007-2008-web.pdf. Último acesso em 16 de dezembro de 2014



26 a 29 de maio de 2015

ao posto de coordenador um perfil de profissional com articulação na comunidade visava criar um canal aberto entre os espaços e a sociedade civil. Uma vez selecionados, os coordenadores foram estimulados a promover nos centros de cultura encontros regulares com artistas, produtores, agentes culturais e público interessado, visando discutir assuntos pertinentes à gestão e aos usos que se dariam aos espaços complementares do centro (salas de ensaio, por exemplo). Nestes encontros buscava-se também apresentar as políticas que estavam sendo implementadas pela Secretaria de Cultura, a exemplo dos editais, conferências, as novas regras para a utilização do fundo de cultura, entre outras.

Alinhada com as diretrizes de democratização e interiorização da política cultural da SECULT, a FUNCEB aposta num modelo de gestão participativa nos espaços culturais sob sua administração, o que tem permitido um maior envolvimento das comunidades com os gestores dos espaços. Os coordenadores dos espaços passaram a ser escolhidos a partir da indicação das comunidades e da experiência em gestão e produção cultural (FUNCEB, 2009, p. 65).

Experiências diferenciadas de gestão participativa foram assim promovidas em tais espaços. Alguns estabeleceram uma forte articulação com a comunidade, como os espaços de Plataforma (Centro Cultural de Plataforma) e Alagados (Espaço Cultural Alagados), na periferia de Salvador, enquanto outros mantiveram uma conexão maior com grupos artísticos residentes que passaram a realizar ações de caráter permanente, a exemplo do Cineteatro Solar Boa Vista, no bairro do Engenho Velho de Brotas. Nos espaços do interior o Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana), a Casa de Cultura de Mutuípe (Mutuípe), o Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro), por exemplo, também esboçaram ações neste sentido, abrindo espaço para abrigar Pontos de Cultura e grupos artísticos residentes, além de realizar reuniões regulares com artistas, estudantes secundaristas e universitários, produtores culturais, educadores e público interessado sobre os usos que deveriam ser dados ao Centro.

Também foi promovido um maior diálogo com a classe artística, convocada a se organizar em fóruns para trabalhar em conjunto com as coordenações de cada espaço. Alguns espaços, como o Centro Cultural Plataforma, Espaço Cultural Alagados, Casa da Música, Casa de Cultura de Mutuípe e Cine-Teatro Solar Boa Vista conseguiram estabelecer uma relação de parceria bastante positiva com artistas e grupos organizados, pontos de cultura e comunidade local, resultando numa maior atuação destes nos espaços e em sua programação. Em Mutuípe, por exemplo, a Casa de Cultura, em parceria com a Associação Capoeira Axé Bahia, abriga o Ponto de Cultura Vale do Jiquiriçá, que oferece atividades de formação em capoeira e manifestações populares como samba de roda, maculelê e dança afro (FUNCEB, 2009, p. 65).



26 a 29 de maio de 2015

Há de se destacar, no entanto, que as especificidades de cada espaço (física, de pessoal, localização geográfica, entre outras) e a realidade local das comunidades e bairros em que estão inseridos foram determinantes na construção deste processo de articulação e aproximação com a sociedade civil. Os espaços de Plataforma e Alagados, por exemplo, estão localizados em regiões com forte presença de movimentos sociais, bem como de grupos artísticos amadores, semiprofissionais e profissionais, que antes mesmo da iniciativa do estado em propor um espaço de diálogo, demandavam suas necessidades na área cultural demonstrando já haver nestas regiões uma forte rede de articulação. Vale ressaltar, que os coordenadores destes dois espaços foram eleitos/escolhidos pelos movimentos sociais e grupos artísticos daqueles bairros, tendo sido a decisão acatada pela Secult.

No Cineteatro Solar Boa Vista, por exemplo, as articulações para a participação social se deram, ao contrário de Plataforma e Alagados, “de cima para baixo”. No bairro do Engenho Velho de Brotas, onde está localizado o Solar, embora se soubesse da existência de grupos artísticos (amadores e profissionais), grupos de manifestações culturais, ONG’s que trabalham com arte e cultura, bordadeiras e fazedores de artesanato, havia pouco ou nenhum diálogo entre eles. Desta forma, o processo de articulação se deu a partir do estímulo da Secult, que realizou inúmeros encontros, reuniões e promoveu diversos projetos no intuito de fortalecer a relação destes grupos com o espaço. Em muitas das programações promovidas pelo Cineteatro havia uma presença significativa dos grupos locais, sendo a realização de tais atividades possível devido à articulação e parceria estabelecida com a comunidade local.

Verifica-se assim que em alguns espaços a interação com a comunidade se deu de forma mais contundente e significativa, como no Centro Cultural Plataforma, Espaço Cultural Alagados, Cineteatro Solar Boa Vista, Casa de Cultura de Mutuípe e Centro de Cultura Amélio Amorim, e em outros de forma mais acanhada e irregular, a exemplo do Centro de Cultura de Guanambi, Cineteatro Lauro de Freitas e Teatro Dona Canô. A participação da comunidade também se deu em níveis e em campos diferentes: em alguns centros o envolvimento da comunidade cultural se concentrou em dinamizar a programação artística; outros avançaram, e passaram a participar nas discussões sobre os usos que deveriam ser dados a cada espaço do centro cultural (salas de ensaio, foyer, sala principal, arena, área externa, outros), intervindo, como no caso de Plataforma e Alagados, até mesmo na definição da programação.

Segundo Chicco Assis, no intuito de garantir a permanência dos espaços de diálogo que foram estabelecidos neste período, a Secult publicou em novembro de 2014, no final do



26 a 29 de maio de 2015

segundo ano da gestão Jacques Wanger (PT-Ba), uma portaria institucionalizando colegiados de gestão participativa no âmbito dos espaços culturais. O objetivo é que tais colegiados sejam instituídos em todos os 17 centros da Diretoria e em outros espaços culturais mantidos pela Secult que, em caráter opinativo e consultivo, possam, entre outras coisas, colaborar na ampliação da participação das comunidades locais e territoriais na gestão institucional e cultural de tais espaços. Segundo a portaria, cada colegiado será composto por instâncias básicas: a plenária e a mesa coordenadora; a primeira será constituída por agentes culturais e representantes de instituições de reconhecida atuação na área cultural, social ou educacional no bairro, cidade e/ou território de identidade, onde o espaço cultural estiver sediado; e a segunda, terá limite mínimo de 05 (cinco) e máximo de 15 (quinze) membros titulares, eleitos entre os membros da plenária, a depender das características de cada espaço cultural.

Vale registrar que documentos oficiais da Funceb e registros na imprensa à época da construção dos centros de cultura no interior dão conta que a intenção do Estado era gerir aqueles espaços envolvendo outras pessoas de fora da administração pública, como pode ser observado nesse trecho de uma matéria do jornal INTERURB⁸:

“Todavia, para gerir o Centro de Cultura sempre será escolhido alguém do próprio município”. Os critérios de seleção, segundo a Dr^a. Olívia Barradas [Diretora da Funceb entre os anos de 1983 e 1986], serão o conhecimento das rotinas administrativas do Estado e a sensibilidade para área cultural. Por outro lado, para apoiar o trabalho do diretor do centro, a FCEBa [antiga sigla da Funceb - Fundação Cultural do Estado da Bahia] estuda a alternativa de compor um conselho consultivo em cada município, integrado pelos representantes mais importantes de cada segmento artístico e cultural (Salvador, 1986, p.5).

Desta forma, uma vez instituído, o Colegiado de Gestão Participativa no âmbito dos espaços culturais da Secretaria de Cultura, atenderá um desejo do Estado colocado em prática quase trinta anos após a finalização da construção dos centros de cultura do interior, conforme expressado na fala da ex-diretora da Funceb, Olívia Barradas. Não se sabe, porém, se seguindo o mesmo modelo aqui exposto.

Algumas considerações

É responsabilidade do Estado criar canais de diálogo, incentivar a participação, ouvir o que foi debatido e apresentado como as principais demandas e necessidades, para formular

⁸ CENTRO DE CULTURA É EXPRESSÃO DO RESPEITO À CULTURA POPULAR, Jornal Interurb, Salvador-Ba, julho de 1986, p. 4 e 5. A INTERURB era a Companhia de Desenvolvimento e Articulação Municipal, órgão estadual criado em 1983. Foi responsável pela construção dos centros de cultura da Funceb no interior.



26 a 29 de maio de 2015

políticas públicas que, de fato, representem os anseios dos cidadãos. Estes canais de diálogo precisam ser constantemente aprimorados, buscando sempre uma participação qualificada da sociedade civil. Contudo, na democracia, se de um lado o Estado tem suas obrigações, os cidadãos têm seus deveres; “é necessário que eles se apropriem dos canais de participação abertos pelo Estado, ampliando, intensificando e tornando-os vivos, constantes e mais democráticos, desenvolvendo e aprimorando uma cultura participativa” (BAHIA, 2013a, p. 9). Garantir a participação social nos rumos das políticas públicas de cultura é, portanto, garantir um direito cultural universal, previsto, também na constituição brasileira, que cita a dimensão cidadã da cultura como um de seus três pilares.

Com a institucionalização dos Colegiados de Gestão Participativa, a Secult está estabelecendo mais uma instância de participação, além dos já instituídos colegiados setoriais de artes, dos fóruns de dirigentes municipais e das conferências de cultura; e, atenderá desta forma, à Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia⁹, que prevê, entre outras ações, a criação de instâncias de consulta, participação e controle social.

A consolidação deste mecanismo de participação certamente será um marco na gestão destes espaços culturais públicos, bem como na noção de pertencimento das comunidades onde tais espaços estão inseridos. Mas alguns questionamentos não podem deixar de serem postos: Será que a instituição do colegiado não engessarà a participação espontânea que foi construída ao longo das duas últimas gestões do governo estadual, uma vez que esta passaria a ser mediada por normas e regras? Este modelo de participação tem sido discutido amplamente entre todos os interessados? A sociedade civil terá outras formas de participar da gestão dos espaços não sendo através dos colegiados? Além destas questões, é preciso alertar também para a possibilidade de uma hierarquização da participação, uma vez que se prevê a composição de uma mesa com membros que são indicados pela Secult. Como se darão as relações de poder entre os atores sociais que comporão estes colegiados? Será que funcionarão efetivamente como instrumentos de inclusão democrática ou se transformarão em trampolim político de possíveis aventureiros?

Respostas a algumas destas perguntas teremos apenas com o tempo e o amadurecimento das referidas ações. Acreditamos que o presente estudo e sua sequência poderá contribuir para uma melhor compreensão acerca de temas tão caros à cultura hoje: gestão de espaços culturais públicos; participação social; direitos culturais; políticas públicas de cultura; mecanismos de diálogo. Além, é claro, de colaborar para a organização de

⁹ Artigos nº 4 e 6 da Lei nº 12.365 - Lei Orgânica da Cultura, de 30 de novembro de 2011.



26 a 29 de maio de 2015

informações e dados que poderão possivelmente alimentar outras pesquisas e bibliografias referentes às temáticas mencionadas que, infelizmente, ainda são tão restritas e diminutas.

Referências bibliográficas

BAHIA, Governo do Estado da. **Relatório de governo da FUNCEB**. Salvador, 2003.

BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. **Memória da cultura; 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador, 2004.

BAHIA. Lei nº 12.365 - **Lei Orgânica da Cultura**. 30 de novembro de 2011. Disponível em <<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/colégiadossetoriais/LEI-ORGANICA-BAHIA.pdf>> Último acesso em 16 de agosto de 2014.

BAHIA. Secretaria de Cultura. **Coleção Política e Gestão Culturais. Participação, consulta e controle social**. Salvador, 2013a.

BAHIA. Secretaria de Cultura. **Coleção Política e Gestão Culturais. Território e Identidade**. Salvador, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2003.

FARIA, Hamilton. Conselhos Municipais de Cultura: cultura participativa e cidadania cultural. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório 2007/2008**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2009. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/relatorio_2007-2008-web.pdf>. Último acesso em 16 de dezembro de 2014.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

KAUARK, Giuliana. **Política cultural no estado da Bahia Gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006)**. Salvador, 2006. Disponível em: <www.cult.ufba.br>. Último acesso em 16 de dezembro de 2014.

MATA-MACHADO, Bernardo. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. 2007. Disponível em <<http://docente.ifrn.edu.br/narapessoa/disciplinas/politicas-culturais/texto-direitos-humanos-e-direitos-culturais>>. Último acesso em 21 de dezembro de 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Último acesso em 23 de dezembro de 2014.

SARTINI, Antonio. **Gestão de Espaços Culturais: Novos desafios**. Módulo que compõe o curso em EAD Gestão de Espaços Culturais da Inspire. Belo Horizonte, 2013.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. BH: Ed UFMG, 2006.